



1 9 7 1 2 5 3 2 0 1 0 4 0 1 3 3 0 0

522  
w

Numeração Única: 197125320104013300

APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO 0019712-53.2010.4.01.3300/BA

Distribuído no TRF em 18/04/2011

Processo na Origem: 197125320104013300

RELATOR(A) : DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

RELATOR(A) : JUÍZA FEDERAL MONICA NEVES AGUIAR DA SILVA

CONVOCADO(A)

APELANTE : FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR : LUIZ FERNANDO JUCA FILHO

APELADO : BRASKEM S/A

ADVOGADO : AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO E OUTROS(AS)

REMETENTE : JUIZO FEDERAL DA 8A VARA - BA

**RELATÓRIO**

EXMA. SRA. JUÍZA FEDERAL CONVOCADA MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA  
(RELATORA):

Trata-se de apelação da FN da sentença datada de 05 NOV 2010 (f. 406/18), da MMª. Juíza Federal Nilza Reis, da 8ª Vara/BA, nos autos do MS nº 19712-53.2010.4.01.3300 impetrado em 12 MAI 2010 por BRASKEM S.A. (sucessora por incorporação de OPP Química S.A.) contra ato atribuído ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Camaçari/BA, objetivando a declaração da nulidade do lançamento e cobrança do crédito objeto do PA nº 13502.000922/2006-10 (para cobrança de CSLL da OPP Química S.A no período de 2001 a 2003).

S. Exa., confirmando a liminar (f. 291/7), concedeu a segurança, declarando a nulidade do lançamento e do crédito tributário objeto do PA, entendendo que a constituição do crédito tributário violaria a coisa julgada (AO 91.6598-6, em que reconhecido o direito da empresa incorporada de não recolher a CSLL instituída pela Lei nº 7.689/89, em razão de inconstitucionalidade).

A FN apela (f. 442/57), aduzindo que a coisa julgada não alcançaria as inovações legislativas; a aplicação da Súmula 239/STF ("Decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores"); que o STF julgou a constitucionalidade da Lei nº 7.689/88, exceto quanto aos fatos geradores ocorridos no ano-calendário de 1988.

Com contrarrazões da impetrante (f.462/70), pela manutenção da sentença.

A PRR (f. 490/2) opinou pelo provimento da apelação.

Autos recebidos em gabinete em 23 MAI 2011.

É o relatório.

**VOTO**

O STJ (REsp nº 1.118.893/MG), sob o rito do art. 543-C do CPC, firmou entendimento de que a coisa julgada formada em prol da inconstitucionalidade da cobrança com base na Lei nº 7.869/88 implica na impossibilidade de cobrança posterior da contribuição social, já que as Leis nº 7.856/89, 8.034/90, 8.212/91, 8.383/91 e 8.541/92, e mesmo a LC 70/91, apenas modificaram a alíquota e base de cálculo, ou dispuseram sobre a forma de pagamento, alterações que não criaram nova relação jurídico-tributária nem afastaram a inconstitucionalidade materialmente declarada no caso concreto. Nesse sentido:

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. RITO DO ART. 543-C DO CPC. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO - CSLL. COISA JULGADA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI 7.689/88 E DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA. SÚMULA 239/STF. ALCANCE. OFENSA AOS ARTS. 467 E 471, CAPUT, DO CPC CARACTERIZADA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL CONFIGURADA. PRECEDENTES DA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

1. Discute-se a possibilidade de cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL do contribuinte que tem a seu favor decisão judicial transitada em julgado declarando a inconstitucionalidade formal e material da exação conforme concebida pela Lei 7.689/88, assim como a inexistência de relação jurídica material a seu recolhimento.

2. O Supremo Tribunal Federal, reafirmando entendimento já adotado em processo de controle difuso, e encerrando uma discussão conduzida ao Poder Judiciário há longa data, manifestou-se, ao julgar ação direta de inconstitucionalidade, pela adequação da Lei 7.689/88, que instituiu a CSLL, ao texto constitucional, à exceção do disposto no art 8º, por ofensa ao princípio da irretroatividade das leis, e no art. 9º, em razão da incompatibilidade com os arts. 195 da Constituição Federal e 56 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT (ADI 15/DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, DJ 31/8/07).

3. O fato de o Supremo Tribunal Federal posteriormente manifestar-se em sentido oposto à decisão judicial transitada em julgado em nada pode alterar a relação jurídica estabilizada pela coisa julgada, sob pena de negar validade ao próprio controle difuso de constitucionalidade.

4. Declarada a inexistência de relação jurídico-tributária entre o contribuinte e o fisco, mediante declaração de inconstitucionalidade da Lei 7.689/88, que instituiu a CSLL, afasta-se a possibilidade de sua cobrança com base nesse diploma legal, ainda não revogado ou modificado em sua essência.

5. "Afirmada a inconstitucionalidade material da cobrança da CSLL, não tem aplicação o enunciado nº 239 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual a "Decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores" (AgRg no AgRg nos EREsp 885.763/GO, Rel. Min.

HAMILTON CARVALHIDO, Primeira Seção, DJ 24/2/10).

6. Segundo um dos precedentes que deram origem à Súmula 239/STF, em matéria tributária, a parte não pode invocar a existência de coisa julgada no tocante a exercícios posteriores quando, por exemplo, a tutela jurisdicional obtida houver impedido a cobrança de tributo em relação a determinado período, já transcorrido, ou houver anulado débito fiscal. Se for declarada a inconstitucionalidade da lei instituidora do tributo, não há falar na restrição em tela (Embargos no Agravo de Petição 11.227, Rel. Min. CASTRO NUNES, Tribunal Pleno, DJ 10/2/45).

7. "As Leis 7.856/89 e 8.034/90, a LC 70/91 e as Leis 8.383/91 e 8.541/92 apenas modificaram a alíquota e a base de cálculo da contribuição instituída pela Lei 7.689/88, ou dispuseram sobre a forma de pagamento, alterações que não criaram nova relação jurídico-tributária. Por isso, está impedido o Fisco de cobrar a exação relativamente aos exercícios de 1991 e 1992 em respeito à coisa julgada material" (REsp 731.250/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJ 30/4/07).

8. Recurso especial conhecido e provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do Código de Processo Civil e da Resolução 8/STJ.

(REsp 1118893/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/03/2011, DJe 06/04/2011)

Dessa forma, inexistindo crédito tributário devido, há que ser declarado nulo o lançamento e cobrança do tributo pela autoridade impetrada.

Pelo exposto, NEGOU PROVIMENTO à apelação da FN e à remessa oficial.

É como voto.

  
MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA

Relatora



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1a. REGIÃO  
SECRETARIA JUDICIÁRIA  
Certidão de Julgamento

Cod: 092.02.006

1

15/02/2012

524  
w

4ª Sessão Ordinária do(a) SÉTIMA TURMA



Pauta de:14/02/2012 Julgado em:14/02/2012 ApReeNec 0019712-53.2010.4.01.3300/BA

Relatora: Exma. Sra. JUIZA FEDERAL MONICA NEVES AGUIAR DA SILVA

Juiz(a) Convocado(a) conforme ATO/PRESI/ASMAG - 1.880 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011 POR MOTIVO DE FERIAS

Revisor:

Presidente da Sessão: Exmo. Sr. DESEMBARGADOR FEDERAL CATAO ALVES

Proc. Reg. da República: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). GUILHERME HENRIQUE MAGALDI NETTO

Secretário(a): ANTÔNIO LUIZ CARVALHO NETO

APELANTE : FAZENDA NACIONAL

PROCUR : LUIZ FERNANDO JUCA FILHO

APELADO : BRASKEM S/A

ADV : AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO E OUTROS(AS)

REMETE : JUIZO FEDERAL DA 8ª VARA - BA

Nº de Origem: 197125320104013300 Vara: 8

Justiça de Origem: JUSTIÇA FEDERAL

Estado/Com.: BA

### Sustentação Oral

Dr. Augusto Moreira de Carvalho, OAB/RJ 58.352, pela apelada.

### Certidão

Certifico que a(o) egrégia (o) SÉTIMA TURMA  
ao apreciar o processo em epígrafe, em Sessão realizada nesta data,  
proferiu a seguinte decisão:

A Turma, à unanimidade, negou provimento à apelação e à remessa  
oficial, nos termos do voto da Relatora.

Participaram do Julgamento os Exmos. Srs. JUIZ FEDERAL FAUSTO MENDANHA  
GONZAGA, convocado para compor "quorum", e DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO  
ALVES. Ausente, por motivo de férias, o Exmo. Sr. DESEMBARGADOR  
FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL. Ausente, justificadamente, o Exmo.  
Sr. DESEMBARGADOR FEDERAL REYNALDO FONSECA.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

ANTÔNIO LUIZ CARVALHO NETO

Secretário(a)

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

525  
C

Numeração Única: 197125320104013300

APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO 0019712-53.2010.4.01.3300/BA

Distribuído no TRF em 18/04/2011

Processo na Origem: 197125320104013300

RELATOR(A) : DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

RELATOR(A) : JUÍZA FEDERAL MONICA NEVES AGUIAR DA SILVA

CONVOCADO(A)

APELANTE : FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR : LUIZ FERNANDO JUÇA FILHO

APELADO : BRASKEM S/A

ADVOGADO : AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO E OUTROS(AS)

REMETENTE : JUÍZO FEDERAL DA 8ª VARA - BA

## EMENTA

TRIBUTÁRIO — MANDADO DE SEGURANÇA — CSLL — INCONSTITUCIONALIDADE LEI N. 7.689/88 — COISA JULGADA: EFEITOS OBJETIVOS — JURISPRUDÊNCIA STJ (RESP 1.118.893/MG) — APELAÇÃO DA FN E REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDAS.

1. O STJ (REsp nº 1.118.893/MG), sob o rito do art. 543-C do CPC, firmou entendimento de que a coisa julgada formada em prol da inconstitucionalidade da cobrança com base na Lei nº 7.869/88 implica na impossibilidade de cobrança posterior da contribuição social, já que as Leis nº 7.856/89, 8.034/90, 8.212/91, 8.383/91 e 8.541/92, e mesmo a LC 70/91, apenas modificaram a alíquota e base de cálculo, ou dispuseram sobre a forma de pagamento, alterações que não criaram nova relação jurídico-tributária nem afastaram a inconstitucionalidade materialmente declarada no caso concreto.

2. Apelação da FN e remessa oficial não providas.

3. Peças liberadas pela Relatora, em 14/ 02 /2012, para publicação do acórdão.

## ACÓRDÃO

Decide a 7ª Turma NEGAR PROVIMENTO à apelação da FN e à remessa oficial por unanimidade.

7ª Turma do TRF – 1ª Região, 14/ 02 /2012.



MÔNICA NEVES AGUIAR DA SILVA  
Relatora